

ano 11 – n. 46 | julho/setembro – 2022  
Belo Horizonte | p. 1-222 | ISSN 2238-4138  
R. Fórum Trabalhista – RFT

**Revista Fórum**  
**TRABALHISTA**  
**RFT**

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## **DOCTRINA**

### ARTIGOS

O <i>home office</i> na pandemia: uma análise a partir da jornada de trabalho		
<b>Camila Sampaio Ribeiro, Rayra Batista Rodrigues Carvalho</b> .....		9
	Introdução .....	9
1	Teletrabalho x <i>home office</i> .....	10
2	A jornada de trabalho e a precarização da saúde do trabalhador .....	13
2.1	Das doenças ocupacionais .....	18
3	O conflito entre o controle da jornada de trabalho e os direitos constitucionalmente garantidos .....	19
4	A (in)eficácia de realizar o controle de jornada no trabalho <i>home office</i> .....	21
	Considerações finais .....	25
	Referências .....	26
O domicílio do reclamante e a competência territorial trabalhista: uma análise do art. 651 da CLT sob a ótica da garantia fundamental do acesso à justiça e do princípio da proteção		
<b>Daniel Bofill Vanoni</b> .....		31
1	Introdução .....	31
2	A competência territorial do processo trabalhista .....	32
3	A posição do Tribunal Superior do Trabalho .....	33
4	O princípio da proteção em sua dimensão processual .....	36
5	A garantia fundamental do acesso à justiça .....	39
6	Conclusão .....	45
	Referências .....	46
O banco de horas pactuado por meio de acordo individual de trabalho: uma violação frontal ao texto constitucional brasileiro e a tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil		
<b>Danilo Eduardo Querido</b> .....		49
	Introdução .....	49
1	Breve análise do instituto do banco de horas no ordenamento jurídico brasileiro ..	50
2	A negociação coletiva como mecanismo constitucional obrigatório para a implementação do banco de horas no Brasil .....	53
3	O princípio da vedação do retrocesso e tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil como obstáculos intransponíveis à restrição de direito fundamental social .....	55
4	Considerações finais .....	58
	Referências .....	59
A era dos aplicativos e a ‘uberização’ das relações trabalhistas		
<b>Fernando Cardoso de Oliveira e Silva</b> .....		61
	Introdução .....	61

1	Como funcionam os aplicativos .....	62
2	Os requisitos para uma relação de trabalho .....	64
3	A Lei nº 13.640/2018 e a utilização do MEI .....	67
4	O reconhecimento do vínculo empregatício .....	69
5	A situação atual e as mudanças que estamos presenciando .....	72
	Conclusão .....	73
	Referências .....	74

#### Meios tecnológicos de prova. Uso do WhatsApp. Admissibilidade no processo do trabalho

<b>Francisco das C. Lima Filho</b> .....	77	
1	Introdução .....	77
2	Admissibilidade de mensagens eletrônicas de comunicação como meios de prova. WhatsApp. Aplicação dos princípios da licitude e da atipicidade da prova ..	79
3	Considerações finais .....	84
	Referências .....	84

#### Contratos de parceria – legalidade, modernidade e liberdade nas relações de trabalho

<b>Juliano Martins Mansur</b> .....	87	
1	Alternativas ao modelo tradicional de trabalho e à informalidade .....	87
2	Contratos de parceria nas relações trabalhistas .....	89
3	Legalidade dos contratos de parceria .....	96
4	Visão do futuro .....	98

#### Da garantia da autonomia e independência do Poder Judiciário – livre desempenho do magistrado que não se vincula à carga horária rígida

<b>Mauro Roberto Gomes de Mattos</b> .....	101
--	-----

#### Direito Coletivo do Trabalho: novas relações, constantes desafios

<b>Roberta Ferme Sivolella</b> .....	113	
1	Introdução .....	113
2	Efetividade, fonte de custeio e relevância ou urgência da matéria .....	114
3	A representatividade <i>efetiva</i> do ente coletivo .....	122
4	Considerações finais .....	128
	Referências .....	130

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

#### Supremo Tribunal Federal

ADPF – Piso salarial dos médicos, cirurgiões dentistas e respectivos auxiliares – Lei nº 3.999/61 – Salário profissional fixado em múltiplos do salário-mínimo nacional – Alegada transgressão à norma que veda a vinculação do salário-mínimo “para qualquer finalidade” – Cláusula constitucional que tem o sentido de proibir o uso indevido do salário-mínimo como indexador econômico. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 325/DF .....	135
--	-----

### **Superior Tribunal de Justiça**

Juízo de Retratação – Agravo em Recurso Especial – Ação de revisão de benefício previdenciário – Acórdão deste órgão fracionário que confirmou o reconhecimento da incompetência absoluta da justiça comum – Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar causas ajuizadas contra empregador em que se pretenda o reconhecimento de verbas de natureza trabalhista e os reflexos nas respectivas contribuições previdenciárias – Tema nº 1.166, RE nº 1.265.564/SC do STF. Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento no Agravo em Recurso Especial nº 1.547.767/SP ..... 149

### **Tribunal Superior do Trabalho**

Recurso de Revista – Covid-19 – Calamidade pública reconhecida por decreto legislativo – Expedição de alvará para saque do FGTS – Impossibilidade – Hipótese de saque não prevista na Lei nº 8.036/90. Recurso de Revista nº 407-88.2020.5.17.0007 ..... 157

### **Tribunal Superior do Trabalho**

Recurso de Revista – Processo do Trabalho – Honorários advocatícios sucumbenciais – Ação de Produção Antecipada de Provas – Ausência de pretensão resistida da reclamada – Impossibilidade de condenação na verba sucumbencial. Recurso de Revista nº 1318-14.2020.5.12.0016..... 167

### **Tribunal Superior do Trabalho**

Agravo de Instrumento em Recurso de Revista – Limitação da condenação aos valores indicados na petição inicial – Valores delimitados na petição inicial não vinculam a condenação – Processo sob a égide da Lei nº 13.467/2017. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 228-34.2018.5.09.0562 ..... 173

EMENTÁRIO .....185

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS .....209

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....221